



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Área Administrativa

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva - Redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever as respostas das questões discursivas, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 5 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova Discursiva - Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 4, considere o texto abaixo.

1 Na Inglaterra dos períodos Tudor e Stuart, a visão tradicional era a de que o mundo fora criado para o bem do homem e as outras espécies deviam se subordinar a seus desejos e necessidades. Tal pressuposto fundamenta as ações dessa ampla maioria de homens que nunca pararam um instante para refletir sobre a questão. Entretanto, os teólogos e intelectuais que sentissem a necessidade de justificá-lo podiam apelar prontamente para os filósofos clássicos e a Bíblia. A natureza não fez nada em vão, disse Aristóteles, e tudo teve um propósito. As plantas foram criadas para o bem dos animais e esses para o bem dos homens. Os animais domésticos existiam para labutar, os selvagens para serem caçados. Os estoicos tinham ensinado a mesma coisa: a natureza existia unicamente para servir aos interesses humanos.

Foi nesse espírito que os comentadores Tudor interpretaram o relato bíblico da criação. [...]

20 *É difícil, hoje em dia, ter noção do empolgante espírito antropocêntrico com que os pregadores das dinastias Tudor e Stuart interpretavam a história bíblica.*

(Thomas Keith. **O homem e o mundo natural:** mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). Trad. João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 21-22)

1. No excerto, o autor concebe a *visão tradicional* como
- (A) uma interpretação que entende o homem como uma dentre várias espécies, o que implica isonomia entre elas.
 - (B) uma concepção característica do espírito e cultura dos ingleses, sem nenhuma restrição temporal.
 - (C) um ponto de vista circunstancial necessário, que permitiu ao homem provar sua superioridade sobre os animais.
 - (D) uma percepção equivocada, pois pensadores que tentaram entendê-la não achavam suporte nas culturas que lhes eram contemporâneas.
 - (E) uma suposição tomada como verdadeira e não submetida a análise crítica por aqueles que nela alicerçavam sua prática.

2. *É difícil, hoje em dia, ter noção do empolgante espírito antropocêntrico com que os pregadores das dinastias Tudor e Stuart interpretavam a história bíblica.*

Entende-se corretamente do acima transcrito, considerado em seu contexto, que

- (A) a contemporaneidade não propicia sensações de arrebatamento de nenhuma ordem.
- (B) a grande dificuldade dos dias atuais é aceitar com isenção de ânimo a palavra de pregadores de uma doutrina.
- (C) a interpretação da Bíblia pelos pregadores das dinastias Tudor e Stuart é difícil de ser compreendida atualmente, em função dos elevados conhecimentos desses religiosos.
- (D) os pregadores das dinastias Tudor e Stuart tinham a fervorosa crença, hoje dificilmente compreensível, de que o ser humano é o núcleo em torno do qual estão dispostas todas as coisas.
- (E) o homem moderno não pode sequer imaginar como eram cheias de empolgação as pregações no tempo dos Tudor e dos Stuart, dada a centralidade do cultivo do espírito.

3. A forma verbal que exprime acontecimento passado anterior a outro igualmente passado é encontrada no segmento:

- (A) *o mundo fora criado para o bem do homem.*
- (B) *as outras espécies deviam se subordinar a seus desejos e necessidades.*
- (C) *nunca pararam um instante.*
- (D) *os teólogos e intelectuais [...] podiam apelar prontamente para os filósofos clássicos e a Bíblia.*
- (E) *tudo teve um propósito.*

4. O texto legitima a seguinte afirmação:

- (A) Em *as outras espécies deviam se subordinar a seus desejos* (linhas 3 e 4), a substituição do segmento destacado por "haviam de se subordinar" mantém o sentido de inevitabilidade e a correção originais.
- (B) Os segmentos *para refletir sobre a questão* (linhas 6 e 7) e *para os filósofos clássicos e a Bíblia* (linha 9) exercem a mesma função sintática.
- (C) De modo a preservar a correção e o sentido originais, a redação alternativa para elidir a dupla negação em *A natureza não fez nada em vão* (linhas 9 e 10) é "A natureza fez tudo com gratuidade".
- (D) Em *É difícil, hoje em dia, ter noção do empolgante espírito antropocêntrico* (linhas 19 e 20), a retirada da vírgula depois de *É difícil*, sem outra alteração, manteria a correção original.
- (E) Os dois-pontos (linha 14) introduzem uma citação literal dos estoicos.



Atenção: Para responder às questões de números 5 a 11, leia o editorial abaixo.

1 *Embora um conflito armado não seja do interesse de nenhuma das partes envolvidas na longa disputa entre as duas Coreias, são imprevisíveis as consequências da escalada de hostilidades entre os dois países nos últimos dias.*

5 *Os primeiros movimentos sul-coreanos foram cautelosos. Após ter um navio de guerra atacado por torpedos, em março, o país não respondeu de imediato ao que se afigurava como o mais audacioso ato de hostilidade do vizinho em mais de duas décadas.*

10 *Investigadores internacionais foram chamados a avaliar o episódio – e determinaram, após longa perícia, que um submarino norte-coreano havia sido o responsável pelos disparos.*

15 *A prudência da Coreia do Sul e de seu principal aliado, os EUA, é compreensível. São preocupantes as consequências de um conflito aberto com o decrépito regime do ditador comunista Kim Jong-il, que realizou, nos últimos anos, testes balísticos e nucleares.*

20 *Para os norte-americanos, que ainda têm batalhas a travar no Afeganistão e mantêm tropas no Iraque, não faz sentido abrir uma nova frente de combate na Ásia. Há ainda o fato de que a capital sul-coreana, Seul, fica próxima à fronteira, e essa situação de vulnerabilidade desaconselha uma aventura militar contra o norte.*

25 *Compelido a responder ao ataque, o governo sul-coreano suspendeu o que restava da política de reaproximação com o país vizinho – intensificada na última década, mas já alvo de restrições na Presidência do conservador Lee Myung-bak. Cortou o comércio com o norte da península e voltou a classificar Pyongyang como o seu "principal inimigo".*

30 *Em resposta, a Coreia do Norte interrompeu comunicações com o vizinho e expulsou sul-coreanos do complexo industrial de Kaesong, mantido pelas duas nações no território comunista. É um retrocesso a lamen-*

tar, já que interesses econômicos comuns e troca de informações, por pequenos que sejam, podem ajudar na prevenção de conflitos armados.

40 *Nesse cenário em que os atores envolvidos não são capazes de entender os movimentos e as intenções do rival, os processos de hostilidade mútua podem se tornar incontroláveis.*

45 *Mesmo que o imbróglio não tenha consequências graves, ele chama a atenção para o imprevisível desenlace da lenta derrocada do regime comunista de Pyongyang, uma herança anacrônica dos tempos da Guerra Fria.*

(Folha de S. Paulo. A2 **opinião**, quarta-feira, 26 de maio de 2010)

5. Considerado o principal tema abordado no texto, o título mais adequado para o editorial é:

- (A) Os EUA e a Coreia do Sul.
- (B) Coreia contra Coreia.
- (C) Sanções comerciais em tempos de conflito.
- (D) Avaliações internacionais em países asiáticos.
- (E) Interesses comuns no incentivo a conflitos armados.

6. É correto afirmar que o editorial

- (A) critica severamente países que lançam mão de retaliações comerciais para ameaçar outros países, concretizando essa ideia por meio do caso típico de países asiáticos vizinhos.
- (B) defende respostas prudentes dos países a ofensas inimigas, como arma para darem, a organismos internacionais, oportunidade de avaliarem as reais condições dos potenciais beligerantes.
- (C) chama a atenção para o fato de que a Coreia do Sul, em atendimento aos interesses dos Estados Unidos, deve retardar o quanto possível o fatal enfrentamento com a Coreia do Norte.
- (D) adverte sobre a possibilidade de um conflito armado entre a Coreia do Sul e a Coreia do Norte, como decorrência do aumento progressivo da agressividade entre esses dois países.
- (E) analisa os principais entraves dos países que fazem fronteira, quando reconhecem um ao outro como o "principal inimigo", e propõe, com bastante isenção, meios para serem vencidas as vulnerabilidades decorrentes da vizinhança.



| | |
|--|---|
| <p>7. No processo argumentativo, pode ser corretamente entendido como expressão de uma circunstância de tempo o seguinte segmento:</p> <p>(A) <i>Investigadores internacionais foram chamados a avaliar o episódio</i> (linhas 11 e 12).</p> <p>(B) <i>Há ainda o fato de que a capital sul-coreana, Seul, fica próxima à fronteira</i> (linhas 23 e 24).</p> <p>(C) <i>Compelido a responder ao ataque</i> (linha 26).</p> <p>(D) <i>voltou a classificar Pyongyang como o seu "principal inimigo"</i> (linhas 31 e 32).</p> <p>(E) <i>expulsou sul-coreanos do complexo industrial de Kaesong</i> (linhas 34 e 35).</p> | <p>10. <i>Nesse cenário em que os atores envolvidos não são capazes de entender os movimentos e as intenções do rival, os processos de hostilidade mútua podem se tornar incontroláveis.</i></p> <p>Outra formulação para o segmento destacado acima, que, considerado o contexto, lhe seja equivalente e mantenha a clareza e correção originais é:</p> <p>(A) os processos de hostilidade um pelo outro podem tornar-se incontroláveis.</p> <p>(B) os processos de hostilidade de parte à parte podem se tornarem incontroláveis.</p> <p>(C) os processos de hostilidade que uns países têm pelos outros podem se tornar incontroláveis.</p> <p>(D) os processos de hostilidade acionados de forma alternada podem se tornar incontroláveis.</p> <p>(E) os processos de hostilidade entre eles respondendo-se podem se tornar incontroláveis.</p> |
| <p>8. Sempre levando em conta o contexto, é correto afirmar:</p> <p>(A) A conjunção <i>Embora</i> (linha 1) equivale a “na medida em que”.</p> <p>(B) A expressão <i>Após ter</i> (linha 7) pode ser substituída por “Tendo tido”, sem prejuízo do sentido original.</p> <p>(C) Em <i>ao que se afigurava como o mais audacioso ato de hostilidade do vizinho em mais de duas décadas</i> (linhas 8 a 10), tem-se uma avaliação que compara um ato (I) a outro específico anteriormente realizado (II), evidenciando a superioridade de (I).</p> <p>(D) Em <i>A prudência da Coreia do Sul e de seu principal aliado, os EUA, é compreensível</i> (linhas 15 e 16), se o que está em destaque for substituído por “As atitudes oportunas” nenhuma outra alteração será necessária para se manter a correção original.</p> <p>(E) A frase <i>que realizou, nos últimos anos, testes balísticos e nucleares</i> (linhas 18 e 19) define melhor o antecedente não bem delimitado, como ocorre em “A pessoa que se esforça vence”.</p> | <p>11. Considerado o padrão culto escrito, a substituição que mantém a correção original do segmento é a de</p> <p>(A) <i>um submarino norte-coreano havia sido o responsável pelos disparos por</i> “submarinos norte-coreanos havia sido os responsáveis pelos disparos”.</p> <p>(B) <i>mantido pelas duas nações por</i> “mantido por ambas as nações”.</p> <p>(C) <i>Nesse cenário em que os atores envolvidos não são capazes de entender os movimentos por</i> “Nesse cenário cujos os atores envolvidos não são capazes de entender os movimentos”.</p> <p>(D) <i>Mesmo que o imbróglio não tenha consequências graves por</i> “A despeito do imbróglio não ter consequências graves”.</p> <p>(E) <i>chama a atenção para o imprevisível desenlace por</i> “chama a atenção para o que concerne o imprevisível desenlace”.</p> |
| <p>9. ... a Coreia do Norte interrompeu comunicações com o vizinho ...</p> <p>Transpondo a frase acima para a voz passiva, a forma verbal corretamente obtida é:</p> <p>(A) tinha interrompido.</p> <p>(B) foram interrompidas.</p> <p>(C) fora interrompido.</p> <p>(D) haviam sido interrompidas.</p> <p>(E) haveriam de ser interrompidas.</p> | <p>12. A frase em que a palavra destacada está empregada de modo equivocado é:</p> <p>(A) <u>Inerme</u> diante da ofensiva tão violenta, não lhe restou nada a fazer senão render-se.</p> <p>(B) Há quem <u>proscreeva</u> construções linguísticas de cunho popular.</p> <p>(C) Fui informado do <u>diferimento</u> da reunião em que o fato seria analisado.</p> <p>(D) A <u>descriminalização</u> de algumas drogas é questão polêmica.</p> <p>(E) A <u>flagrância</u> do perfume inebriava a todos os convidados.</p> |



13. A frase que respeita totalmente o padrão culto escrito é:

- (A) De dissensões entre mentes lúcidas e independentes não se deve temer, porquanto o debate, ao suscitar reflexão, traz luz a questões controversas.
- (B) Consta naquele livro já bastante saudado pela crítica os nomes de vários integrantes de movimentos de resistência ao regime ditatorial.
- (C) O eminente orador enrubeceu quando arguido sobre sua anuência ao polêmico pacto, mas quiz se mostrar seguro de si e respondeu-lhe de imediato.
- (D) Esse exercício indicado pelos assessores do preparador físico é eficaz para intumescer alguns músculos, mas se mostra de efeito irrisório se mau realizado.
- (E) Havia excesso de material a ser expedido, por isso as folhas mandadas à última hora, apesar do empenho, não coube no malote.

14. Está totalmente em conformidade com o padrão culto escrito a seguinte frase:

- (A) A inserção do adolescente no grupo deveu-se ao coordenador, cuja experiência todos tiraram proveito, mesmo quando supuseram que ele ignorava o clima de apreensão.
- (B) Sei que sou eu que sempre medio o debate, mas dessa vez declino da responsabilidade: é com revezamento de obrigações que se pode descobrir lideranças.
- (C) Interpondo recurso, ele procurou desagrar-se da afronta que atribuiu às palavras do juiz em sua sentença, contra a qual a instância superior não hesitou em se pronunciar.
- (D) Dados como esses obtidos em recente pesquisa, sem dúvida permite que se os interpretem sob dupla perspectiva: a dos cidadãos e também do filósofo.
- (E) O fato e esse advogado que representa a autora da ação parecem ter sido feito um para o outro; mais: o operador do direito age com proficiência e ela, nele crê cegamente.

15. A frase em total concordância com o padrão culto escrito é:

- (A) Dirigimo-nos a V.Sa. para solicitar que, em vossa apreciação do documento, haja bastante precisão quanto aos pontos que quereis ver alterados.
- (B) Senhor Ministro, sabemos todos que Vossa Excelência jamais fizestes referência desairosa ao poder legislativo, mas desejamos pedir-lhe que desfaça o mal-entendido.
- (C) Ao encontrar-se com Sua Magnificência, não se conteve: – Senhor Reitor, sou o mais novo membro do corpo docente e vos peço um minuto de sua atenção.
- (D) Assim que terminou a cerimônia, disse à Sua Santidade: – Ponho-me a vossa disposição se acaso deseje mandar uma mensagem ao povo brasileiro.
- (E) Entendemos que V.Exa. necessita de mais dados sobre a questão em debate e, assim, lhe pedimos que nos conceda um prazo para que o documento seja mais bem elaborado.

Noções de Informática

16. O Windows XP é um sistema operacional que possibilita ao processador de um computador processar as informações utilizando somente

- (A) 32 ou 64 bits.
- (B) 64 ou 128 bits.
- (C) 32 bits.
- (D) 64 bits.
- (E) 128 bits.

17. A *web* permite que cada documento na rede tenha um endereço único, indicando os nomes do arquivo, diretório e servidor, bem como o método pelo qual ele deve ser requisitado. Esse endereço é chamado de

- (A) DNS.
- (B) FTP.
- (C) TCP/IP.
- (D) URL.
- (E) IMAP.

18. O sistema operacional precisa apresentar a cada usuário uma interface que aceita, interpreta e então executa comandos ou programas do usuário. Essa interface é genericamente chamada de

- (A) BATCH.
- (B) SHELL.
- (C) PROMPT.
- (D) NÚCLEO.
- (E) SCRIPT.

19. No sistema operacional Windows XP, a sigla ICS significa:

- (A) *Internet Connection Software.*
- (B) *Internet Command Sharing.*
- (C) *Information Connection Software.*
- (D) *Information Command Software.*
- (E) *Internet Connection Sharing.*

20. O computador de um provedor de acesso à Internet (ISP), encarregado de enviar as mensagens aos provedores de destino é um servidor

- (A) PROXY.
- (B) WEBMAIL.
- (C) DNS.
- (D) SMTP.
- (E) POP3.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. O juiz oriundo da classe dos advogados com notável saber jurídico e idoneidade moral integrante do Tribunal Superior Eleitoral

- (A) não pode ser eleito para o cargo de Corregedor Eleitoral.
- (B) pode ser eleito apenas para o cargo de Presidente desse Tribunal.
- (C) pode ser eleito apenas para o cargo de Vice-Presidente desse Tribunal.
- (D) pode ser eleito para os cargos de Presidente ou Vice-Presidente desse Tribunal.
- (E) pode ser eleito apenas para os cargos de Presidente desse Tribunal e de Corregedor Eleitoral.

22. A respeito da fiscalização exercida pelos partidos políticos no que concerne ao alistamento, à emissão e entrega de títulos eleitorais, à transferência, revisão e segunda via, é correto afirmar que NÃO poderão

- (A) examinar, mesmo sem perturbação dos serviços e na presença dos servidores designados, os documentos relativos aos pedidos de transferência, revisão de segunda via e revisão de eleitorado.
- (B) ser mantidos mais de um delegado de cada partido atuando simultaneamente na mesma zona eleitoral.
- (C) assumir a defesa do eleitor cuja exclusão esteja sendo promovida.
- (D) examinar, mesmo sem perturbação dos serviços e na presença dos servidores designados, os documentos relativos aos pedidos de alistamento eleitoral.
- (E) requerer a exclusão de qualquer eleitor inscrito irregularmente.

23. A respeito da filiação partidária, é INCORRETO afirmar:

- (A) Para concorrer a cargo eletivo, o eleitor deverá estar filiado ao respectivo partido pelo menos um ano antes da data fixada para as eleições, majoritárias ou proporcionais.
- (B) O prazos de filiação partidária fixados no estatuto do partido, com vistas a candidatura a cargos eletivos, não podem ser alterados no ano da eleição.
- (C) Considera-se deferida, para todos os efeitos, a filiação partidária, com o deferimento do pedido pelo Tribunal Regional Eleitoral.
- (D) Para desligar-se do partido, o filiado faz comunicação escrita ao órgão de direção municipal e ao Juiz Eleitoral da Zona em que for inscrito.
- (E) Se o estatuto do partido estabelecer outros casos de cancelamento da filiação partidária além dos previstos em lei deve obrigatoriamente comunicar ao atingido no prazo de 48 horas da decisão.

24. Os partidos políticos, observados os limites legais, podem receber auxílio pecuniário ou estimável em dinheiro, inclusive através de publicidade de qualquer espécie, procedente de

- (A) empresas públicas.
- (B) entidade estrangeira.
- (C) autarquias.
- (D) pessoa jurídica de direito privado.
- (E) entidade de classe.

25. A propaganda partidária gratuita, efetuada mediante transmissão por rádio e televisão,

- (A) só poderá ser feita em bloco, com a duração de 30 minutos, em cadeia nacional ou estadual.
- (B) será feita por iniciativa e responsabilidade das emissoras de rádio e de televisão.
- (C) não permite a defesa de interesses pessoais ou de outros partidos políticos.
- (D) através de cadeias, tanto nacional ou estaduais, não depende de prévia autorização da Justiça Eleitoral.
- (E) não exclui a propaganda paga, que pode ser feita em qualquer horário, a critério de cada emissora.

26. A respeito da propaganda eleitoral em geral, é correto afirmar:

- (A) É permitida a propaganda através de *outdoors*, cabendo aos partidos políticos e coligações a distribuição entre seus candidatos, dos espaços que lhes couberem.
- (B) A realização de qualquer ato de propaganda eleitoral em recinto aberto depende de licença da polícia e de comunicação à Justiça Eleitoral.
- (C) A realização de comícios é permitida em qualquer horário e local, não podendo sofrer qualquer restrição.
- (D) É vedada, no dia das eleições, a manifestação mesmo individual e silenciosa da preferência do eleitor por partido político, coligação ou candidato, revelada exclusivamente pelo uso de bandeiras, broches, dísticos e adesivos.
- (E) A propaganda exercida nos termos da legislação eleitoral não poderá ser objeto de multa nem cerceada sob alegação do exercício do poder de polícia.

27. Nos três meses que antecedem as eleições, é

- (A) vedada a designação ou dispensa de funções de confiança.
- (B) vedada a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública nos casos de calamidade pública.
- (C) vedada a nomeação ou exoneração de cargos em comissão.
- (D) permitida a nomeação para cargos dos órgãos da Presidência da República.
- (E) permitida a contratação de *shows* artísticos pagos com recursos públicos na realização de inaugurações.



| | |
|---|--|
| <p>28. A respeito do direito de resposta, considere:</p> <p>I. O direito de resposta é privativo de candidato atingido, ainda que indiretamente, por conceito, imagem ou afirmação caluniosa, difamatória, injuriosa ou sabidamente inverídica, difundidos por qualquer veículo de comunicação, não podendo ser exercido por partido ou coligação.</p> <p>II. O ofendido poderá pedir o exercício do direito de resposta à Justiça Eleitoral no prazo de 24 horas, quando se tratar da programação normal das emissoras de rádio e televisão.</p> <p>III. Da decisão sobre o exercício do direito de resposta cabe recurso às instâncias superiores, em 24 horas da data de sua publicação em cartório ou sessão, assegurado ao recorrido oferecer contrarrazões em igual prazo, a contar da sua notificação.</p> <p>IV. No caso de pedido de resposta em programação normal das emissoras de rádio e televisão, deferido o pedido, a resposta será dada em até 48 horas após a decisão, em tempo igual ao da ofensa, porém nunca inferior a um minuto.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) III e IV. (B) I e II. (C) I, II e IV. (D) II e IV. (E) I e III.</p> | <p>31. Em matéria de direitos e deveres individuais e coletivos, é certo que</p> <p>(A) o preso tem direito a identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.</p> <p>(B) poderá ser concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.</p> <p>(C) as provas obtidas por meios ilícitos, excepcionalmente, podem ser admissíveis no processo penal, mas são vedadas no civil.</p> <p>(D) a prisão ilegal poderá ser revogada pelo juiz, membro do Ministério Público ou autoridade policial.</p> <p>(E) o direito de publicação de obras é exclusivo de seus autores, sendo intransmissível aos herdeiros.</p> <hr/> <p>32. Dentre outras NÃO é considerada competência privativa da União, de regra, legislar sobre</p> <p>(A) direito marítimo, comercial e processual.</p> <p>(B) direito eleitoral, agrário e espacial.</p> <p>(C) sistema estatístico, cartográfico e de geologia nacionais.</p> <p>(D) direito financeiro, econômico e tributário.</p> <p>(E) sistemas de consórcios e sorteios e de poupança.</p> |
| <p>29. José é candidato a cargo eletivo, reside num bairro da zona rural e possui uma Kombi, com capacidade para oito pessoas, com a qual transporta trabalhadores para as fazendas da região. Oito pessoas residentes nas proximidades da sua moradia solicitaram que as transportasse para a cidade, no dia da eleição, até os locais de votação, fornecesse refeições e os trouxesse de volta no dia seguinte. José</p> <p>(A) poderá trazê-los de volta à zona rural no dia posterior à eleição.</p> <p>(B) não poderá transportá-los, nem fornecer-lhes refeições, no dia do pleito eleitoral, por expressa vedação legal.</p> <p>(C) poderá transportá-los para a cidade, até os locais de votação, bem como trazê-los de volta, mas não poderá fornecer-lhes refeições.</p> <p>(D) poderá fornecer-lhes refeições, mas não poderá transportá-los para a cidade, até os locais de votação.</p> <p>(E) poderá fornecer-lhes refeições, mas não poderá trazê-los de volta à zona rural no dia posterior à eleição.</p> | <p>33. No que se refere aos direitos políticos analise:</p> <p>I. Uma das condições de elegibilidade é a idade mínima de vinte e um anos para Vice-Governador de Estado ou Vice-Prefeito.</p> <p>II. Os conscritos, fora do período de serviço militar, e os estrangeiros podem alistar-se como eleitores.</p> <p>III. O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos e maiores de setenta anos.</p> <p>IV. São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.</p> <p>Nesse casos, está correto SOMENTE o que se afirma em</p> <p>(A) I e II. (B) III e IV. (C) I e IV. (D) I, III e IV. (E) II, III e IV.</p> |
| <p>30. A respeito do sistema eletrônico de votação e totalização dos votos, é correto afirmar:</p> <p>(A) Os candidatos a Deputado Estadual poderão votar em qualquer seção do Estado em que sejam eleitores.</p> <p>(B) O Presidente da República poderá votar em qualquer seção eleitoral do País.</p> <p>(C) Os Governadores de Estado, nas eleições municipais, poderão votar em qualquer seção do município em que sejam eleitores.</p> <p>(D) O Presidente, mesários, secretários e suplentes poderão votar perante as Mesas em que servirem.</p> <p>(E) Nas seções em que for adotada a urna eletrônica somente poderão votar eleitores cujos nomes estiverem na folha de votação.</p> | <p>34. Sobre a organização do Estado quanto à União, Estados-membros e Municípios analise:</p> <p>I. Competência dos Municípios para legislar sobre assuntos de interesse local.</p> <p>II. Competência dos Estados que não lhe seja vedada pela Constituição da República Federativa do Brasil.</p> <p>Referidas competências são denominadas, respectivamente, de</p> <p>(A) suplementar e delegada. (B) privativa e concorrente. (C) delegada e suplementar. (D) remanescente e exclusiva. (E) exclusiva e remanescente.</p> |



35. Em matéria de responsabilidade, o Presidente da República ficará suspenso de suas funções
- (A) nos crimes de responsabilidade, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (B) nas infrações penais comuns, após instauração do processo pelo Congresso Nacional.
 - (C) nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.
 - (D) nas infrações penais comuns, após o oferecimento da denúncia pelo Procurador-Geral da República.
 - (E) nos crimes de responsabilidade e nas infrações penais comuns, após o recebimento da denúncia pelo Supremo Tribunal Federal.
36. Dentre outras atribuições, compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente, dentre outros,
- (A) o ato de homologação de sentenças estrangeiras e o de concessão de *exequatur* às cartas rogatórias expedidas pelos Tribunais Regionais Federais e Tribunais dos Estados e Distrito Federal.
 - (B) os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, nos crimes comuns.
 - (C) os mandados de segurança e os *habeas data* contra atos de Ministros de Estado, de Governadores de Estado e do Distrito Federal.
 - (D) os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, nas infrações penais comuns.
 - (E) os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão.
37. No que diz respeito ao Ministério Público, a destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do
- (A) Conselho Nacional do Ministério Público, deverá ser precedida de autorização da maioria relativa da Câmara dos Deputados.
 - (B) Ministro da Justiça, deverá ser precedida de autorização pelo voto da maioria absoluta da Câmara dos Deputados.
 - (C) Presidente do Supremo Tribunal Federal, dependerá de prévia autorização do Conselho Nacional de Justiça.
 - (D) Conselho Superior do Ministério Público, será precedida de autorização da maioria absoluta do Congresso Nacional.
 - (E) Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.
38. Em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil, cada Estado e o Distrito Federal elegerão
- (A) três Senadores, com mandato de oito anos.
 - (B) Deputados, majoritariamente conforme o número de seus eleitores, com mandato de quatro anos.
 - (C) quatro Senadores, com mandato de quatro anos.
 - (D) Deputados, proporcionalmente aos eleitores, vedado menos de seis ou mais de sessenta em cada unidade da Federação.
 - (E) dois Senadores, com mandato de quatro anos, renovável por mais quatro.
39. Segundo o artigo 45 do Código Civil brasileiro "*começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo*". O direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, está sujeito ao prazo
- (A) decadencial de cinco anos contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
 - (B) decadencial de três anos contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
 - (C) prescricional de dois anos contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
 - (D) decadencial de cinco anos contado o prazo do ato de inscrição no respectivo registro.
 - (E) prescricional de um ano contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
40. Considere:
- I. Títulos de dívida pública.
 - II. Energia térmica.
 - III. Direitos pessoais de caráter patrimonial.
 - IV. Direito à sucessão aberta.
- De acordo com o Código Civil, considera-se bem móvel, seja para efeitos legais ou propriamente ditos, os indicados SOMENTE em
- (A) I, II e III.
 - (B) II, III e IV.
 - (C) I e III.
 - (D) II e III.
 - (E) I, II e IV.
41. De acordo com o Código Civil brasileiro, com relação aos bens públicos é INCORRETO afirmar:
- (A) São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno.
 - (B) São bens públicos de uso comum do povo os rios, mares, estradas, ruas e praças.
 - (C) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
 - (D) O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.
 - (E) Em regra, consideram-se bem de uso especial os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público, constituindo seu patrimônio, a que se tenha dado estrutura de direito privado.



42. Segundo as normas estabelecidas no Código Civil, na locação de coisas, havendo prazo estipulado à duração do contrato, antes do vencimento
- (A) não poderá o locador reaver a coisa alugada, senão ressarcindo ao locatário as perdas e danos resultantes, o qual não goza de direito de retenção, tendo em vista a vedação legal específica para locação de coisa por prazo determinado.
- (B) poderá o locador reaver a coisa alugada, independentemente de ressarcir o locatário de perdas e danos, tendo em vista a liberdade concedida pela legislação civil decorrente do direito de propriedade.
- (C) não poderá o locador reaver a coisa alugada, senão ressarcindo ao locatário as perdas e danos resultantes, gozando o locatário do direito de retenção, enquanto não for ressarcido.
- (D) poderá o locador reaver a coisa alugada, desde que efetue o pagamento de multa legal prevista na legislação civil de duas vezes o valor estipulado a título de aluguel.
- (E) poderá o locador reaver a coisa alugada, desde que efetue o pagamento de multa legal prevista na legislação civil de, no mínimo, dois salários mínimos.
-
43. Com relação à evicção é certo que
- (A) salvo estipulação em contrário, não tem direito o evicto à indenização dos frutos que tiver sido obrigado a restituir.
- (B) nos contratos onerosos, o alienante responde pela evicção, não subsistindo esta garantia se a aquisição se tenha realizado em hasta pública.
- (C) não podem as partes, ainda que por cláusula expressa, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção, tendo em vista o princípio da boa fé contratual que protege o contratante que cumpre fielmente as determinações legais.
- (D) para poder exercer o direito que da evicção lhe resulta, o adquirente notificará do litígio o alienante imediato, ou qualquer dos anteriores, quando e como lhe determinarem as leis do processo.
- (E) salvo estipulação em contrário, não tem direito o evicto às custas judiciais e aos honorários do advogado por ele constituído.
-
44. No tocante aos atos processuais, considere as seguintes assertivas a respeito dos Prazos:
- I. Computar-se-á em dobro o prazo para contestar quando a parte for o Ministério Público.
- II. Quando a lei não marcar outro prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento depois de decorridas vinte e quatro horas.
- III. É defeso às partes, ainda que todas estejam de acordo, reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios.
- IV. Em regra, o juiz poderá, nas comarcas onde for difícil o transporte, prorrogar quaisquer prazos, por até sessenta dias.
- De acordo com o Código de Processo Civil está correto o que se afirma SOMENTE em
- (A) II, III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) II e IV.
- (E) I e III.
-
45. Determinado processo ficou parado durante mais de um ano por negligência das partes. Neste caso, o juiz ordenará
- (A) o arquivamento dos autos, declarando a extinção do processo sem resolução do mérito, se a parte, intimada pessoalmente, não suprir a falta em cinco dias.
- (B) o arquivamento dos autos, declarando a extinção do processo sem resolução do mérito, se a parte, intimada pessoalmente, não suprir a falta em 48 horas.
- (C) a suspensão do processo, intimando as partes para dar regular andamento ao mesmo no prazo improrrogável de dez dias.
- (D) a suspensão do processo, intimando as partes para dar regular andamento ao mesmo no prazo improrrogável de quinze dias.
- (E) o arquivamento dos autos, declarando a extinção do processo sem resolução do mérito, se a parte, intimada pessoalmente, não suprir a falta em 24 horas.
-
46. De acordo com o Código de Processo Civil, com relação ao Agravo é INCORRETO afirmar:
- (A) O agravante, no prazo de 3 dias, requererá juntada, aos autos do processo de cópia da petição do agravo de instrumento e do comprovante de sua interposição, assim como a relação dos documentos que instruíram o recurso.
- (B) Em regra, das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10 dias, na forma retida, sendo que o agravo retido independe de preparo.
- (C) O agravo de instrumento será dirigido diretamente ao tribunal competente.
- (D) A petição de agravo de instrumento será instruída obrigatoriamente, com cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado.
- (E) O Tribunal conhecerá do agravo retido independentemente de requerimento expresso da parte nas razões ou na resposta da apelação.
-
47. Segundo o Código de Processo Civil, provando o apelante justo impedimento, o juiz relevará a pena de deserção, fixando-lhe prazo para efetuar o preparo. Esta decisão será
- (A) recorrível através do recurso de apelação no prazo de dez dias.
- (B) irrecurrível, cabendo ao tribunal apreciar-lhe a legitimidade.
- (C) recorrível através do recurso de apelação no prazo de quinze dias.
- (D) irrecurrível, sendo vedado ao tribunal qualquer apreciação a respeito.
- (E) recorrível através de Agravo.



| | |
|--|--|
| <p>48. Com relação à Audiência de Instrução e julgamento considere:</p> <p>I. O juiz tomará os depoimentos pessoais, primeiro do autor e depois do réu, após perito e assistentes técnicos responderem aos quesitos de esclarecimentos.</p> <p>II. As testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu serão inquiridas antes do juiz tomar os depoimentos pessoais das partes.</p> <p>III. A audiência poderá ser adiada por convenção das partes, caso em que só será admissível uma vez.</p> <p>IV. Finda a instrução, o juiz dará a palavra ao advogado do autor e ao do réu, bem como ao órgão do Ministério Público, sucessivamente, pelo prazo de 15 minutos para cada um, prorrogável por igual período, a critério do juiz.</p> <p>De acordo com o Código de Processo Civil está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) I e III. (B) I, II e III. (C) III e IV. (D) I e IV. (E) II e III.</p> | <p>52. De acordo com a Lei nº 8.429/92, a representação, desacompanhada de atos investigativos, por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente</p> <p>(A) constitui mera infração administrativa. (B) não constitui crime nem infração administrativa. (C) constitui crime definido na própria Lei de Improbidade Administrativa. (D) caracteriza ato de improbidade administrativa. (E) configura infração penal definida no Código Penal.</p> |
| <p>49. A entidade da Administração Pública indireta que deve ser criada diretamente por lei específica é a</p> <p>(A) fundação pública. (B) empresa pública. (C) sociedade de economia mista. (D) autarquia. (E) fundação privada.</p> | <p>53. Dentre as modalidades de licitação previstas na Lei nº 8.666/93, NÃO se inclui:</p> <p>(A) leilão. (B) concorrência. (C) convite. (D) concurso. (E) técnica e preço.</p> |
| <p>50. A publicidade, como um dos princípios básicos da Administração,</p> <p>(A) deve ser observada em todo e qualquer ato administrativo, sem exceção. (B) é elemento formativo do ato. (C) é a divulgação oficial do ato para conhecimento público e início de seus efeitos externos. (D) é obrigatória apenas para os órgãos a Administração direta, sendo facultativa para as entidades da Administração indireta. (E) também pode ser usada para a promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, salvo no período eleitoral.</p> | <p>54. De acordo com a Lei Federal nº 8.112/90, NÃO são formas de provimento de cargo público a</p> <p>(A) ascensão e transferência. (B) promoção e readaptação. (C) readaptação e reversão. (D) aproveitamento e reintegração. (E) nomeação e recondução.</p> |
| <p>51. Indique a alternativa que completa a seguinte afirmação: Finalidade e motivo são do ato administrativo.</p> <p>(A) características. (B) atributos. (C) aspectos. (D) requisitos ou elementos. (E) modos de exteriorização.</p> | <p>55. Quanto à extinção do processo administrativo previsto na Lei nº 9.784/99, considere as seguintes afirmações:</p> <p>I. O interessado poderá desistir total ou parcialmente do pedido formulado mediante manifestação escrita, mas não pode renunciar a nenhum direito.</p> <p>II. Havendo vários interessados, a desistência atinge somente quem a tenha formulado.</p> <p>III. A desistência do interessado, conforme o caso, não prejudica o prosseguimento do processo, se a Administração considerar que o interesse público assim o exige.</p> <p>IV. O órgão competente para movimentar o processo administrativo não poderá declarar extinto o processo mesmo quando exaurida sua finalidade.</p> <p>V. O órgão competente para movimentar o processo administrativo poderá declarar extinto o processo quando o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente.</p> <p>Está correto o que consta SOMENTE em</p> <p>(A) II, III e V. (B) I e III. (C) I, IV e V. (D) III e IV. (E) IV e V.</p> |



| | |
|--|--|
| <p>56. Constitui forma qualificada do crime de violação de sigilo funcional:</p> <p>(A) quebrar o sigilo fiscal ou bancário, fornecendo, ilegalmente, dados referentes a contribuintes, correntistas e investidores.</p> <p>(B) utilizar-se, indevidamente, do acesso restrito a sistema de informações da Administração Pública.</p> <p>(C) permitir, mediante empréstimo de senha, o acesso de pessoas não autorizadas a banco de dados da Administração Pública.</p> <p>(D) revelar o conteúdo de proposta de concorrência pública, ou facilitar-lhe a revelação.</p> <p>(E) revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, resultando da ação dano à Administração Pública.</p> | <p>61. A prisão preventiva poderá ser decretada se o Juiz verificar, além de outros requisitos, ter o agente cometido</p> <p>(A) crime sob estado de necessidade.</p> <p>(B) crime culposo.</p> <p>(C) crime, mesmo antes do oferecimento da denúncia.</p> <p>(D) crime, mesmo depois de prolatada a sentença.</p> <p>(E) contravenção.</p> |
| <p>57. Quanto ao crime de exercício arbitrário das próprias razões, somente se procede mediante queixa se</p> <p>(A) cometido por ascendente, descendente, cônjuge ou irmão da vítima.</p> <p>(B) não há emprego de violência.</p> <p>(C) cometido para satisfazer pretensão legítima.</p> <p>(D) visa a recuperar coisa própria que se acha em poder de terceiro por determinação judicial.</p> <p>(E) não há dano ao patrimônio público.</p> | <p>62. A penalidade imposta ao querelante, ou aos seus sucessores, em virtude do desinteresse em prosseguir na ação penal privada, denomina-se</p> <p>(A) decadência.</p> <p>(B) prescrição da pretensão punitiva.</p> <p>(C) prescrição da pretensão executória.</p> <p>(D) perempção.</p> <p>(E) preclusão.</p> |
| <p>58. Se a lei não exige nenhum resultado material ou naturalístico, contentando-se com a ação ou omissão do agente, a infração penal é classificada, quanto ao resultado, como:</p> <p>(A) de mera conduta.</p> <p>(B) formal.</p> <p>(C) de perigo.</p> <p>(D) de ação única.</p> <p>(E) simples.</p> | <p>63. O direito de queixa NÃO poderá ser exercido</p> <p>(A) por fundações ou associações.</p> <p>(B) por curador especial nomeado pelo Juiz ao menor de 18 anos.</p> <p>(C) pela mulher casada, sem o consentimento do marido.</p> <p>(D) pelo cônjuge ou parente, caso o querelante desista da ação.</p> <p>(E) pelo Ministério Público, caso o ofendido menor de 18 anos não tenha representante legal.</p> |
| <p>59. A pena de interdição temporária de direitos NÃO inclui:</p> <p>(A) proibição do exercício de mandato eletivo.</p> <p>(B) suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo.</p> <p>(C) proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público.</p> <p>(D) proibição de frequentar determinados lugares.</p> <p>(E) proibição de se ausentar da casa de albergado aos sábados e domingos.</p> | <p>64. Não será dado <i>habeas corpus</i>:</p> <p>(A) para evitar ameaça de violência ou coação ilegal.</p> <p>(B) no caso de punição disciplinar.</p> <p>(C) contra a prisão administrativa de responsável por valor pertencente à Fazenda Pública, ainda que a prisão exceda o prazo legal.</p> <p>(D) quando o processo for manifestamente nulo.</p> <p>(E) quando não for alguém admitido a prestar fiança, nos casos em que a lei a autoriza.</p> |
| <p>60. A pena para o crime de contrabando ou descaminho, previsto no Código Penal, é aplicada em dobro se,</p> <p>(A) praticada navegação de cabotagem.</p> <p>(B) o agente vende mercadoria de procedência estrangeira que introduziu clandestinamente no País.</p> <p>(C) praticado em transporte aéreo.</p> <p>(D) o agente adquire mercadoria de procedência estrangeira, desacompanhada de documentação legal.</p> <p>(E) o agente oculta mercadoria de procedência estrangeira acompanhada de documentos que sabe serem falsos.</p> | <p>65. No que se refere à apelação, é correto afirmar que</p> <p>(A) o réu não poderá apelar sem recolher-se à prisão, ou prestar fiança, salvo se for primário e de bons antecedentes.</p> <p>(B) a fuga do réu não prejudicará a apreciação e julgamento da apelação, desde que tenha ocorrido depois de haver apelado.</p> <p>(C) poderá ser interposta, quer em relação a toda a sentença, quer em relação a parte dela.</p> <p>(D) se o Ministério Público apelar da sentença absolutória, não poderá o réu ser posto imediatamente em liberdade.</p> <p>(E) suspenderá a execução da medida de segurança aplicada provisoriamente.</p> |



66. No processo de elaboração do planejamento estratégico o desenvolvimento de uma estratégia competitiva é, em essência,

- I. o desenvolvimento de uma fórmula ampla para o modo como a empresa irá competir, quais serão suas metas e quais as políticas necessárias para levar a cabo estas metas.
- II. uma combinação da estrutura de apoio da empresa com os meios pelos quais ela busca alcançar seus objetivos.
- III. o envolvimento de quatro fatores básicos que determinam os limites daquilo que uma empresa pode realizar com sucesso: 1) os pontos fortes e os pontos fracos; 2) os valores pessoais dos executivos implementadores; 3) oportunidades e ameaças; 4) expectativas mais amplas da Sociedade.
- IV. a busca pela vantagem competitiva sustentável, por meio da implementação de estratégias que gerem valor e, ao mesmo tempo, dificultem a reprodução das mesmas por empresas concorrentes.
- V. um conjunto de informações operacionais pertinentes, obtidas a partir da realização de análises dos ambientes interno e externo.

É correto o que consta SOMENTE em

- (A) I, III e IV.
- (B) II e III.
- (C) III, IV e V.
- (D) IV e V.
- (E) I, II e IV.

67. Missão estratégica

- I. é a declaração operacional do propósito e do alcance únicos da empresa em termos de produto e de mercado.
- II. possibilita as descrições gerais dos produtos da sua concorrência, o que deseja fabricar e os mercados a que atenderá usando suas competências básicas internas.
- III. não é eficaz quando consegue estabelecer a individualidade da empresa.
- IV. flui da intenção estratégica que é a alavancagem dos recursos internos, capacidades e competências essenciais de uma empresa, visando ao cumprimento de suas metas no ambiente competitivo.
- V. e a intenção estratégica juntas geram o discernimento exigido para formular e implementar as estratégias da empresa.

É correto o que consta SOMENTE em

- (A) I e III.
- (B) IV e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) III, IV e V.
- (E) I, III e V.

68. O BSC – *Balanced Scorecard*

- I. esclarece e traduz a visão e a estratégia da organização a médio e longo prazos.
- II. utiliza-se para associar os objetivos estratégicos com metas de curto prazo e orçamentos anuais.
- III. em seu processo de construção, esclarece os objetivos estratégicos e identifica um pequeno número de vetores críticos que determinam os objetivos estratégicos.
- IV. na perspectiva dos processos internos, permite que os executivos identifiquem os processos internos críticos nos quais a empresa deve alcançar a excelência.
- V. na perspectiva do cliente, permite que os executivos identifiquem os segmentos de clientes e mercados nos quais a unidade de negócios competirá e suas medidas de desempenho.

É correto o que consta SOMENTE em

- (A) III, IV e V.
- (B) I, II e III.
- (C) II e IV.
- (D) I e III.
- (E) II, IV e V.

69. No instrumento para avaliação da Gestão Pública 250 e 500 pontos (MEGP – Modelo de Excelência em Gestão Pública), o fundamento que se refere a atuação voltada para assegurar às pessoas a condição de cidadania com garantia de acesso aos bens e serviços essenciais, e, ao mesmo tempo, tendo também como um dos princípios gerenciais a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas naturais, potencializando a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades, denomina-se

- (A) foco no cidadão e na sociedade.
- (B) liderança e constância de propósito.
- (C) visão de futuro.
- (D) gestão participativa.
- (E) responsabilidade social.

70. No MEGP – Modelo de Excelência em Gestão Pública, em sua representação gráfica, o módulo onde são processados e avaliados os dados e os fatos da organização (internos) e aqueles provenientes do ambiente (externos), que não estão sob seu controle direto, mas, de alguma forma, podem influenciar o seu desempenho, denomina-se

- (A) planos e resultados.
- (B) estratégias e planos.
- (C) pessoas e processos.
- (D) informação e conhecimento.
- (E) resultados e conhecimento.

**PROVA DISCURSIVA – REDAÇÃO**

Atenção: Deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 25 (vinte e cinco) linhas e máximo de 35 (trinta e cinco) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação.

Escreva sobre: *"A licitação pública como prática social e ambientalmente responsável."*

| | |
|----|--|
| 01 | |
| 02 | |
| 03 | |
| 04 | |
| 05 | |
| 06 | |
| 07 | |
| 08 | |
| 09 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |
| 31 | |
| 32 | |
| 33 | |
| 34 | |
| 35 | |